

**A ILUSÃO DE IMPARCIALIDADE E DE NEUTRALIDADE
NO JORNALISMO *ON-LINE* DE CAMPO GRANDE (MS)**

Marcelo Eduardo da Silva (UEMS)

marcelo.uems@gmail.com

Aline Saddi Chaves (UEMS)

alinechaves@uems.br

RESUMO

Os veículos de comunicação se servem de fontes documentais, mas eles mesmos são também fontes documentais para pesquisas históricas, sociais, culturais, econômicas etc. Por meio deles, os cidadãos têm acesso a informações sobre os mais variados assuntos, que desempenham o papel de orientar o leitor na compreensão do mundo e, sobretudo, na formação da opinião. O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e visa a contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento do discurso jornalístico veiculado pelo suporte eletrônico, ao eleger para objeto de análise a cobertura de um acontecimento político e discursivo inédito em Campo Grande: o processo de cassação do mandato do prefeito Alcides Bernal, oficializado em publicação do *Diário Oficial do Município* em 13 de março de 2014. Os textos escolhidos para compor o *corpus* de estudo cobrem todo o momento de tensão deste processo. Ou seja, foram coletados escritos anteriores e posteriores à oficialização da cassação. Tendo por referencial teórico e metodológico a análise do discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 2007) e os estudos sobre a responsabilidade enunciativa (AUTHIER, 2004; MAINGUENEAU, 2004), o objetivo maior é depreender, no que é dito ou reportado pela voz do jornalista, aquilo que não é dito, mas que produz sentidos, revelando, silenciosamente, posicionamentos políticos e ideológicos historicamente constituídos.

Palavras-chave:

Discurso jornalístico. Análise do discurso político. Acontecimento discursivo.

1. Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado que visa a colaborar para um melhor entendimento sobre a construção do sentido do/ no discurso jornalístico veiculado pelo suporte eletrônico. Para tanto, analisa a cobertura realizada pela imprensa *on-line* de Campo Grande de um acontecimento político e discursivo inédito na cidade: o processo de cassação do mandato do prefeito Alcides Bernal, oficializado em publicação do *Diário Oficial do Município* em 13 de março de 2014.

O *corpus* a ser analisado é composto por textos publicados em meio a todo o período de efervescência do processo, ou seja, acolhe escritos anteriores e posteriores à oficialização da cassação.

A pesquisa é orientada metodologicamente por conceitos da análise do discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 2007) e dos estudos sobre a responsabilização enunciativa (AUTHIER, 2004; MAINGUENEAU, 2004).

Em nossa perspectiva, a consulta a fontes documentais – históricas, sociais, culturais, econômicas etc. – constitui parte integrante das práticas discursivas do jornalismo. Como resultado da etapa de coleta de informações, em grande parte obtidas por meio de declarações, o jornalista redige notícias sobre os mais variados assuntos, notícias essas que podem desempenhar o papel de orientar o leitor na compreensão do mundo e, sobretudo, na formação da opinião. Num movimento inverso, os textos de imprensa passam a constituir, eles próprios, fontes do imaginário coletivo, fazendo circular discursos e instituindo (novos) sentidos.

Nessa concepção, tomamos a cassação do prefeito como um acontecimento da ordem do *discurso* (ORLANDI, 2007), entendendo que, embora transmitindo informações de aparência neutra e imparcial³⁸, o discurso jornalístico deixa vestígios de dizeres anteriores, recuperáveis somente no tênue limite entre língua e história.

Entender esse limite contribui para compreender que o que é dito ou citado pelo jornalista traz sentidos, e, além disso, aquilo que não é dito também é capaz de produzir sentidos. Dessa forma, o discurso jornalístico se mostra muitas vezes *opaco* e não *transparente* (ORLANDI, 2007). Essa opacidade pode acobertar posicionamentos políticos e ideológicos historicamente constituídos.

2. O discurso: entre estrutura e acontecimento

Em uma perspectiva de análise do discurso, as condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1997) são determinantes para se compreender o sentido atualizado pelos termos da língua numa dada materialidade discursiva (texto). Pela leitura althusseriana³⁹ de Marx, o filósofo

³⁸ Os conceitos de imparcialidade e de neutralidade são concebidos de modo distinto no Jornalismo. Essa questão será retomada no decorrer do artigo.

³⁹ Louis Althusser (1918-1990) elaborou – a partir do materialismo histórico de Karl Marx (1818-1883) – o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, por ele assim explicado: “Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1974, p. 43). Para o autor,

francês Michel Pêcheux (1997) integra o problema do contexto à análise linguística, contribuindo para superar a ruptura epistemológica língua x fala.

Por essa ótica, o lugar (a posição social) de onde se fala define o modo como se fala e, neste sentido, a língua, antes de estabelecer os significados das palavras à revelia dos sujeitos, passa a ser vista como o espaço em que certas posturas históricas e ideológicas se cristalizam.

O texto jornalístico reflete, então, posicionamentos historicamente constituídos, estabelecendo, para além de uma prática profissional (formação social), uma formação ideológica assentada sobre práticas discursivas que ultrapassam a situação imediata da tomada de fala – o *eu, aqui, agora* do texto.

Assim sendo, o acontecimento discursivo de que nos ocuparemos só pode ser efetivamente compreendido na relação intrínseca que estabelece com seu exterior, ou seja, com suas condições de produção.

No que tange à cobertura do processo de cassação de Bernal, esse acontecimento discursivo não irrompe “do nada”. Isso significa que ele possui uma estrutura, uma certa ordem, como condição para a atualização do sentido, para o gesto interpretativo (ORLANDI, 2007). Isso porque as condições de produção a partir das quais o acontecimento é enunciado orientam em grande medida o sentido que o sujeito-jornalista acredita atualizar, a despeito de si mesmo.

Não obstante, para além do contexto histórico do discurso jornalístico, há que se considerar, para cada texto, uma situação de enunciação particular, partindo-se dos índices pragmáticos – locutor, interlocutor, finalidades, temporalidade, espaço físico, gênero do discurso (MAINGUENEAU, 2004).

Pois, se é verdade que o texto não se limita ao quadro enunciativo/pragmático, tendo em vista sua forte relação com as condições de produção, que são de ordem histórica, não há como negar que ele toma forma dentro de uma determinada configuração enunciativa. Nesse sentido, é a partir do modo “como” o texto é enunciado – os arranjos linguísticos – que emergem os efeitos de sentido, estes sim, recuperáveis apenas no discurso (língua + condições de produção). “Dominar um gênero de dis-

a imprensa é uma das instituições citadas: mais precisamente, é um membro dos Aparelhos Ideológicos de Estado da Informação.

curso é ter uma consciência mais ou menos clara dos *modos de encadeamento* de seus constituintes em diferentes níveis: de frase a frase, mas também em suas partes maiores”. (MAINGUENEAU, 2004, p. 68, grifo nosso)

A seguir, apresentamos o contexto histórico e enunciativo em que se desenrolou o processo de cassação. No mesmo movimento, apresentamos as categorias da análise.

3. As condições de produção históricas e imediatas de um acontecimento discursivo

Hoje contando com uma equipe de mais de vinte jornalistas profissionais e repórteres fotográficos, além de estagiários e setores de transporte, *marketing* e *webmaster*, o site de notícias *Campo Grande News* começou de forma tímida, apostando em algo inovador no final da década de 1990, o jornalismo *on-line*.

As primeiras matérias foram ao ar em 4 de março de 1999. Eram um jornalista e uma estagiária com dois computadores e dois celulares. Essa era toda a equipe do veículo que principiou essa forma de jornalismo no Estado, agora tão difundida.

O enfoque de sua posição na difusão de informações é colocado à mostra numa reportagem especial, datada do aniversário de seus treze anos de existência:

O *Campo Grande News* é um hábito diário. Faz parte da rotina do *sulmato-grossense* ligar o computador e acessar o site. Na verdade, o *Campo Grande News* é leitura “obrigatória” não só dos “conterrâneos”. Amigos que já moraram aqui até hoje procuram as informações do *Campo Grande News*, alvo de tantos estudos. (*Campo Grande News*, 2012)

A transcrição é trecho de um dizer de uma jornalista que passou pelo *Campo Grande News* e que, no momento dessa entrevista, era coordenadora de produção de rede uma rede de TV local.

Outro discurso manifesta o caráter de credibilidade que o *Campo Grande News* afirma buscar: “A quantidade de fontes que continuam contribuindo com furos importantes é um termômetro da credibilidade que o portal construiu” (*Campo Grande News*, 2012). O trecho é parte da entrevista concedida, na mesma reportagem, por outra jornalista que trabalhou no veículo (e que naquele momento era produtora de uma rede de TV).

Por sua vez, o *Midiamax* é considerado outro grande veículo *on-line*, não só da Capital, mas de todo o Estado. Dotado de uma equipe de mais de vinte profissionais e recursos estruturais próximos ao concorrente, o *Midiamax* é mais novo, está no ar desde 16 de maio de 2002.

A linha editorial defendida pelo veículo é assim explicitada pelo sócio proprietário, em reportagem alusiva ao aniversário de dez anos do jornal:

Se tem uma coisa que eu aprendi nesses dez anos como cidadão é dar valor à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa. Aliás, assegurada pela Justiça. Nós, talvez como ninguém no Estado, temos sido alvo de processos, ataques e questionamentos, por ter uma pauta isenta, independente, e manter o tema da gestão pública em evidência permanente. (*MIDIAMAX*, 2012)

É possível verificar, nos discursos dos profissionais que passaram pelo *Campo Grande News* e do proprietário do *Midiamax*, o ideal de isenção e credibilidade na transmissão da informação. É, pois, dentro dessas condições de produção – que pressupõem uma postura ideológica – que os fatos são noticiados.

Entretanto, nosso objetivo neste artigo é mostrar que o ideal de neutralidade e imparcialidade constitui, na realidade, um simulacro, na medida em que outras vozes/discursos fazem-se presentes no texto jornalístico, instaurando o interdiscurso com posicionamentos ideológicos em conflito, como veremos nas análises.

Com relação ao quadro pragmático ou enunciativo da notícia, mesmo sendo o texto jornalístico veiculado pelo suporte *on-line* caracterizado por uma mescla de linguagens – verbal (texto escrito e texto auditivo) e não verbal (imagens, infográficos etc.) –, a linguagem verbal escrita é predominante, segundo uma estrutura de *links* e remissões – o hipertexto.

Na transmissão oral do texto, o coenunciador⁴⁰ compartilha com o enunciativo o mesmo espaço-tempo, por isso, tem possibilidade de reação imediata ao que foi dito: pode, por exemplo, levar em conta itens como entonação, gestos etc. Já na transmissão escrita, há uma diferença, explicada por Maingueneau (2004) nos seguintes termos:

⁴⁰ Com base em Maingueneau (2004), vislumbramos o coenunciador para além de um simples receptor da mensagem. Trata-se de uma instância pressuposta em toda tomada de fala, participante (físico ou imaginário) da troca verbal, e, desse modo, parte integrante da/na coconstrução do sentido.

No *escrito*, por outro lado, ele [o coenunciador] deve proceder a uma leitura pessoal. Se o locutor encontra dificuldade em controlar o curso de uma intenção oral, que implica minimamente a participação de pelo menos duas pessoas, no escrito ele pode impor seu modo de consumo, seu ritmo de apropriação: ler com a rapidez que lhe convém, silenciosamente ou em voz alta, com atenção ou em diagonal, interromper-se quando quiser; a distância que assim estabelece entre coenunciador e texto escrito abre o espaço para um *comentário* crítico ou para *análises*: o leitor pode sondar o texto, comparar certas partes, de forma a elaborar interpretações. (MAINGUENEAU, 2004, p. 79)

É característico, ainda, do contexto enunciativo dos gêneros do discurso da esfera jornalística, tanto quanto de outros discursos, o estabelecimento tácito de um princípio de cooperação. Isso significa que o locutor escreve em função de (ou para) um interlocutor, o que Maingueneau (2004, p. 31) designa como um “conjunto de normas”:

[...] para construir uma interpretação, o destinatário deve supor que o produtor do enunciado respeita certas “regras do jogo”: por exemplo, que o enunciado é “sério”, que foi produzido com a intenção de comunicar algo que diz respeito àqueles a quem é dirigido. [...] Entra em ação um saber *mutuamente conhecido*: cada um postula que seu parceiro aceita as regras e espera que o outro as respeite. (MAINGUENEAU, 2004, p. 31)

Tal funcionamento ocorre de modo análogo na comunicação entre o enunciador do jornal e seu coenunciador (o leitor). O leitor entende que o que é veiculado é “sério”, e aceita as “regras do jogo”, ou ainda, o contrato implícito. A respeito do princípio de cooperação, Maingueneau (2004) diz que:

Esse princípio adquire todo o seu peso nas conversações, quando os interlocutores (dois ou mais) estão em contato direto e interagem continuamente um com o outro. Mas as leis do discurso valem também para qualquer outro tipo de enunciação, até mesmo para a escrita, em que a situação de recepção é distinta da situação de produção. (MAINGUENEAU, 2004, p. 32)

As leis do discurso citadas por Maingueneau são saberes supostamente compartilhados pelos interlocutores, dessa forma, a comunicação permite que conteúdos implícitos sejam transmitidos, funcionando ora como subentendidos, ora como pressupostos.

[O] tipo de implícito que se evidencia pelo confronto do enunciado com o contexto da enunciação, postulando-se que as leis do discurso são respeitadas, é denominado *subentendido*. Em geral, opõe-se o subentendido a um outro tipo de implícito, os *pressupostos*, que vêm inscritos *no enunciado*. (MAINGUENEAU, 2004, p. 33)

Entre as principais leis do discurso apontadas por Maingueneau,

duas, em particular, ajudam a apreender a imagem que se faz do jornalista. São elas: a lei da pertinência e a lei da sinceridade⁴¹.

A lei da pertinência

[...]

Toda enunciação implica sua pertinência, o que leva o destinatário a procurar confirmar essa pertinência. Se um jornal publica na primeira página “Daniel voltou a ver a princesa Stéphanie”, só o fato de dizê-lo implica que esta informação é pertinente lá onde ela se encontra, do modo como se encontra e para o público ao qual se destina. [...]

A lei da sinceridade

Diz respeito ao *engajamento* do enunciador no ato de fala que realiza. Cada ato de fala (prometer, afirmar, ordenar, desejar etc.) implica um determinado número de condições, de regras de jogo. Por exemplo, para afirmar algo, deve-se estar em condições de garantir a verdade do que se diz; [...]
(MAINGUENEAU, 2004, p. 35)

Dessa maneira, o leitor, obedecendo ao princípio de cooperação, assume que o jornalista (ou o jornal) escreve algo com pertinência e com sinceridade. O jornalista detém, pois, grande parte da responsabilidade no relato dos fatos e no tratamento que lhes é dado. Esse papel é ainda mais estratégico porque os textos jornalísticos possuem um grande potencial de circulação social.

Nessa concepção, vemos que o jornalista é, mais do que narrador de fatos, um verdadeiro autor, no sentido que lhe dá Foucault (1999)⁴²: “O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. (FOUCAULT, 1999, p. 26)

O jornalista não é autor no sentido mais popularizado do termo, na relação com autoria/subjetividade. Ele ocupa, na realidade, uma posição, determinada pelas condições de produção da formação social e

⁴¹ As leis citadas por Maingueneau, do mesmo modo como os conceitos de pressuposto e subentendido, foram elaboradas nos quadros teóricos da pragmática (Searle) e na semântica pragmática (Ducrot). Optamos, neste artigo, pelo tratamento conferido por Maingueneau (2004) ao quadro pragmático do discurso, em razão de nossa opção teórica pela análise do discurso. Com efeito, nas abordagens pragmáticas, há pouca ou nenhuma menção às condições de produção do discurso, e Maingueneau distingue-se por aliar as duas perspectivas, sem abandonar a análise do discurso.

⁴² Apesar de não se enquadrar na análise do discurso francesa, Foucault é visitado, neste trabalho, por sua influência para o pensamento contemporâneo a Pêcheux.

ideológica do jornalismo, que o assujeita a reproduzir práticas discursivas. Nesse sentido, sua margem de manobra é bastante reduzida. As práticas discursivas a que nos referimos são os gêneros do discurso, conceito emprestado do filósofo russo Bakhtin, que Maingueneau integra à análise do discurso pela perspectiva seguinte:

Todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade se define ao se responder à questão implícita: “Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?”. [...] A determinação correta dessa finalidade é indispensável para que o destinatário possa ter um comportamento adequado ao gênero de discurso utilizado. (MAINGUENEAU, 2004, p. 66)

Desse modo, os gêneros discursivos do jornalismo constituem dispositivos comunicacionais relacionados a práticas discursivas social e historicamente estabelecidas. Sua organização temática, linguística e textual está a serviço das condições de produção daquele discurso, não se tendo originado no contexto local de sua produção.

Portanto, esse “universo” próprio do jornalista faz com que ele se sirva de dispositivos já tipificados na sociedade, o que implica dizer que a recepção do texto jornalístico, por parte do leitor, é em grande parte tributária da configuração genérica dos textos veiculados. Nesse contexto, os ideais de neutralidade e imparcialidade correspondem às finalidades desse gênero discursivo que, como dissemos, não se originaram no momento da produção dos textos, mas já participam dos hábitos de leitura dos consumidores de notícias.

É importante ressaltar, ainda, que existem duas grandes divisões entre os gêneros do jornal: os informativos e os opinativos. Em pesquisa de comunicação comparada entre jornais impressos brasileiros e portugueses, Chaparro (2008) propõe uma nova divisão: o relato e o comentário. O primeiro mostraria um grupo de textos mais narrativos, e o segundo, mais argumentativos. O autor situa apenas a crônica como um intermediário entre os dois.

Essa divisão é comum nas páginas dos jornais impressos e, por analogia, também é feita no jornalismo *on-line*, em que existem os textos jornalísticos opinativos (editorial e artigo, por exemplo) e os informativos (notícia, entrevista, reportagem, por exemplo).

Mas, será que os textos incluídos em editoriais de política e geral (que seriam do grupo informativo e não do opinativo) são isentos de juízos, são imparciais, neutros? Ou existem opacidades nesses textos? É o

que procuraremos mostrar nas análises de notícias sobre a cassação de Bernal, que, em nossa perspectiva, são portadoras de subjetividade.

4. *Pistas para uma análise da ilusão de imparcialidade e de neutralidade na notícia*

Para o grande público, imparcialidade e neutralidade podem ser interpretadas como termos sinônimos. Mas, no Jornalismo, trazem noções distintas, segundo o *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, implementado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Esse documento busca atribuir um caráter de isenção ao trabalho do jornalista. Como pontua o inciso I do Art. 2º: “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação [...]” (FENAJ, 2007, p. 1). Afirma, ainda, que o jornalista “deve” (FENAJ, 2007, p. 3):

I – ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, *ouvir sempre*, antes da divulgação dos fatos, *o maior número de pessoas e instituições envolvidas* em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas; (FENAJ, 2007, p. 3, grifo nosso)

Nessa citação, a noção de imparcialidade pode ser depreendida da afirmação de que o jornalista deve ouvir o maior número de pessoas envolvidas na situação relatada.

Em outro trecho do referido código, declara-se que “o compromisso fundamental do jornalista é com a *verdade no relato dos fatos*, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação” (FENAJ, 2007, p. 1, grifo nosso). Tal afirmação impõe uma busca pela verdade, a qual deve se dar sem tomada de posição, ou seja, de forma neutra.

Conquanto, trabalhamos com a hipótese de que o discurso jornalístico acaba por deixar vestígios de uma quebra dessa conduta idealizada. As abordagens teóricas da análise do discurso e dos estudos sobre a responsabilização enunciativa (já mencionadas no princípio deste artigo) fornecem subsídios para verificar tal hipótese no discurso que se materializa pelo/no texto jornalístico.

Com relação à questão metodológica para a análise do *corpus*, a análise do discurso, segundo Marques (2011, p. 61), “é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta”. Por isso, novos olha-

res sobre os textos podem suscitar novas ferramentas de análise.

Para apontar e descrever a opacidade do discurso jornalístico na análise do *corpus* de estudo, estabelecemos alguns critérios metodológicos, fundamentando-nos nas contribuições dos estudiosos do discurso que problematizam a relação entre discurso e enunciação/enunciado. Deste modo, objetivamos:

- a) definir objetivos [em suma, definir as imagens e as relações simbólicas mergulhadas na pseudoneutralidade jornalística], objeto [textos sobre o assunto já mencionado (cassação de Bernal) presentes em *sites* de Campo Grande], preparar hipótese [há fissuras na imparcialidade e na neutralidade na cobertura feita por esses veículos];
- b) recortar o *corpus*;
- c) observar “transferências de sentido” (ORLANDI, 2007);
- d) analisar as posições de sujeitos no discurso (das fontes consultadas pelos jornalistas também, caso sirvam de suporte para o objetivo do estudo);
- e) identificar as heterogeneidades discursivas (AUTHIER, 2004) presentes nos textos analisados.
- f) analisar os implícitos da linguagem (MAINGUENEAU, 2004).

Neste artigo em particular, optamos por restringir as análises à questão dos implícitos, tal como proposto por Maingueneau (2004).

Antes de proceder às análises, cabe explicitar, a respeito do acontecimento discursivo em pauta, que Alcides Bernal foi o primeiro prefeito a ter o mandato cassado no município de Campo Grande, seja enquanto parte interiorana do antigo Mato Grosso uno, seja como capital de Mato Grosso do Sul, instituída em 1979.

A votação foi realizada no dia 12 de março de 2013, um ano e três meses após sua posse. O resultado foi de 23 votos a favor e 6 contrários à cassação do prefeito. A decisão dos vereadores foi oficializada no dia seguinte, com a publicação do resultado no *Diário Oficial*.

Radialista e advogado, Bernal foi o vereador que recebeu o maior número de votos em 2004 (pelo PMN), sendo reeleito no pleito seguinte, em 2008 (pelo PP), mas não concluiu o mandato, pois fora eleito deputado estadual em 2010. Na eleição de 2012, deixou o cargo na Assembleia

para concorrer à Prefeitura da Capital, vencendo no segundo turno o concorrente da situação, Edson Giroto (PMDB).

A cassação ocorreu em março de 2014, mas meses antes já havia rusgas entre o prefeito e os vereadores, com troca de farpas de ambos os lados, uma situação que foi acompanhada pela imprensa.

Dentre os textos que compõem o *corpus* da pesquisa, selecionamos, para este artigo, os enunciados de duas notícias, publicadas nos veículos já citados. Tendo em vista o espaço restrito de um artigo, optamos por analisar exemplos representativos da ilusão de imparcialidade e de neutralidade na notícia.

O primeiro trecho é parte da matéria publicada no *site Campo Grande News* em 28 de fevereiro de 2014, na editoria de política. A data da publicação é anterior à oficialização da cassação, mas está compreendida no período do processo, iniciado por discussões entre vereadores e membros da situação que perderam as eleições para prefeito, dentre eles, o governador do estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, membro do PMDB, partido derrotado no segundo turno do pleito de 2012.

O texto refere-se a um embate sobre recursos financeiros a entidades e órgãos que, segundo o governador, deveriam ser feitos pela Prefeitura, mas que foram arcados pelo Executivo Estadual:

O governador André Puccinelli (PMDB) disse, nesta sexta-feira (28), que *apesar do prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal (PP), tem [ele governador André Puccinelli] contribuído muito com a Capital. Para exemplificar o fato cita repasse de recurso para a AGETRAN (Agência Municipal de Trânsito), Santa Casa e Hospital do Câncer Alfredo Abraão. (CAMPO GRANDE NEWS, 2014, grifo nosso)*

Ao empregar o advérbio “apesar”, grifado no texto, o jornalista atualiza um efeito de sentido que associa o prefeito Bernal a um empecilho. Esse articulador lógico orienta o sentido na direção de uma concessão, promovendo um procedimento inferencial que só pode ser realizado pelo leitor, não sendo, portanto, assumido pelo jornalista, mas sugerido. Vê-se aí a não responsabilização enunciativa da parte do jornalista, um procedimento que confere à notícia ares de imparcialidade e de neutralidade, mas que, na opacidade da língua, revela a interdiscursividade com os discursos desfavoráveis à permanência do prefeito.

Com efeito, o termo “apesar” age como um implícito de tipo pressuposto (MAINGUENEAU, 2004), visto que se localiza no nível do enunciado, indicando que Bernal representa uma “dificuldade”. Se André

Puccinelli, conforme a matéria, é quem está contribuindo com a Capital, Bernal é pressuposto como um empecilho para essa contribuição, ou seja, empecilho para o benefício da cidade.

Existe, por isso, nesse “apesar”, um conteúdo pressuposto: o de que “Bernal não faz”, o que termina por reforçar a imagem de Puccinelli, aquele que “faz”. Esse pressuposto, conforme expõe Maingueneau (2004, p. 33), é um “conteúdo implícito” e “está no enunciado, mas subtraindo-se a qualquer contestação, como se se tratasse de uma evidência”.

O articulador empregado também autoriza outro implícito, que só amplifica o efeito de sentido de que Bernal constitui um empecilho, uma obstrução às melhorias da cidade. O implícito, neste caso, é da ordem do subentendido, ou seja, é recuperado na enunciação e não no enunciado. Subentende-se que Bernal “não faz alguma coisa que deveria fazer”, mas que existe “alguém que faz alguma coisa”. Podemos dizer que há a ideia de transferência de responsabilidade: uma responsabilidade que seria de Bernal está nas mãos do governador Puccinelli. Aqui, novamente, o interdiscurso “mostra” sua face, na medida em que o partido do governador, o PMDB, também é aquele do candidato Edson Giroto, concorrente de Bernal, derrotado nas eleições para a Prefeitura de Campo Grande.

O segundo enunciado a ser analisado foi veiculado pelo *site Midiamax*, no dia 13 de novembro de 2013, momento em que os debates sobre a possível cassação ganhavam força (o que culminaria com a cassação alguns meses depois).

O texto trata da visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Campo Grande, para um evento com diversas autoridades. No enunciado selecionado, Bernal não possui mais apoio político, o que o deixaria instável em sua posição:

Pela manhã, Bernal foi ao encontro do ex-presidente para conseguir uma conversa e uma foto, como muitos políticos.

Apesar de ser o anfitrião, Bernal se manteve todo o tempo solitário. (MIDIAMAX, 2013, grifo nosso)

Novamente, o articulador lógico “apesar” acarreta efeitos de sentido que ultrapassam a transparência do dito. Neste caso, o efeito é de exclusão, assumindo-se que, na qualidade de autoridade máxima do Poder Executivo do município, Bernal deveria ser o responsável pelo primeiro contato com o ex-presidente, pois é o “anfitrião” da visita, aquele que deveria ser o cicerone do encontro.

Tem-se, aqui também, um implícito de tipo subentendido, cujo conteúdo é fornecido pela enunciação e não pelo enunciado. Pois se diz que Bernal manteve-se “o tempo todo solitário”, “apesar de ser o anfitrião”. A matéria trata de um ambiente cercado de políticos, alguns, inclusive, da base do prefeito. Mesmo assim, o prefeito se encontrava só.

De um ponto de vista neutro e imparcial, o jornalista poderia ater-se a descrever o acontecimento mantendo-o na ordem dos fatos observados: “Bernal se manteve todo o tempo solitário”. Nota-se, no entanto, que complementou o fato com um comentário, neste caso, pouco neutro: “apesar de ser o anfitrião”.

A estratégia, neste e em outros casos, consistiu em delegar ao leitor a tarefa de interpretar o subentendido a partir do qual se infere que o estado “solitário” de Bernal não era exclusividade deste evento em particular, mas que representava sua condição na conjuntura política que o cercava.

5. Considerações finais

Neste artigo, analisamos enunciados extraídos de textos jornalísticos, mais especificamente de um gênero discursivo categorizado como informativo, a notícia, supostamente neutra e imparcial. Os enunciados em questão foram publicados nos *sites* de informação *Campo Grande News* e *Midiamax*, veículos que se encontram entre os mais acessados no município, o que denota serem fontes consolidadas junto ao público leitor.

As notícias analisadas correspondem a um acontecimento amplamente repercutido na imprensa, o que faz com que o consideremos um acontecimento discursivo, relacionado à cobertura do processo de cassação do então prefeito Alcides Bernal.

Com base no referencial teórico da análise do discurso de linha francesa e dos estudos sobre a responsabilização enunciativa, preconizamos a relação inextricável entre o texto (entidade concreta e localizável) e as condições de produção do discurso (históricas). Como resultado desse aparato teórico-metodológico, foi possível detectar, nos enunciados analisados, que os textos relativos ao processo de cassação carregam fortes indícios de não ditos, isto é, de conteúdos implícitos que produzem sentido.

Como parte do contrato tacitamente estabelecido entre jornalista e leitor, o pressuposto e o subentendido são dados a “ver” e a analisar como pistas para a compreensão dos verdadeiros sentidos veiculados nas notícias. Nesse sentido, as normas jornalísticas de neutralidade e imparcialidade são infringidas, ainda de que forma velada, o que corrobora a tese de que tanto a língua quanto os sujeitos são atravessados pela história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad.: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1974.

AUTHIER, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Apresentação de Marlene Teixeira. Trad.: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

CAMPO Grande News. Com a palavra, gente que passou por aqui e hoje vive novos desafios. *Campo Grande News*, Campo Grande: 2012. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento/com-a-palavra-gente-que-passou-por-aqui-e-hoje-vive-novos-desafios>>. Acesso em: 28-02-2015.

_____. Governador cita três coisas que faz por Campo Grande, apesar de Bernal. *Campo Grande News*, Campo Grande, 2014. Editoria Política. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/governador-cita-tres-coisas-que-faz-por-campo-grande-apesar-de-bernal>>. Acesso em: 03-05-2014.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além-mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas (FENAJ). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Vitória: FENAJ, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 01-04-2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARQUES, Welisson. Metodologia de pesquisa em análise do discurso face aos novos suportes midiáticos. *Revista Domínios de Linguagem*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, vol. 5, n. 1, p. 58-73, 2011.

MIDIAMAX. “A classe política não me quer”, choraminga Bernal. *Midiamax*, Campo Grande, 2013. Editoria Política. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/881553-classe+politica+nao+me+quer+choraminga+bernal.html#.U2VwyPk7uSo>>. Acesso em: 03-05-2014.

_____. *Jornalismo do Midiamax completa 10 anos*. Campo Grande, 2012. Disponível em: <<https://midiamax.com/noticias/797703-jornalismo-do-midiamax-completa-10-anos.html>>. Acesso em: 28-02-2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad.: Bethania S. Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1997, p. 61-161.